



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

PARECER JURÍDICO: Nº 1813/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2023

Recibido
29/09/2023
Bome



AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, DE NATUREZA COMUM, PARA SUBSTITUIÇÃO DAS LÂMPADAS EXTERNAS E INTERNAS QUEIMADAS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DO CENTRO DE IDOSOS.

I. RELATÓRIO:

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a administração no controle interno da legalidade administrativa dos atos praticados.

Importante salientar que o exame dos autos se restringe aos aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica; em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

A presente manifestação jurídica tem por objetivo verificar o atendimento dos pressupostos processuais elencados na legislação que rege a matéria, inclusive a observância aos princípios elencados estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657/42.

Os autos estão instruídos com os seguintes documentos: Solicitação nº 12888/2023 visando aquisição dos materiais; autorização para instauração do processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



licitatório, por parte do Chefe do Executivo Municipal; indicação da dotação orçamentária; especificações dos materiais que serão adquiridos; justificativa para ausência do Estudo Técnico Preliminar; termo de referência; pesquisa de preço; mapa de apuração; e Portaria nº 678/2022 – Nomeação de Agentes de Contratação, Agentes de Contratação e Pregoeiros.

Ressalta-se que o instrumento convocatório e seus anexos foram analisados e aprovados pela Procuradoria Municipal, conforme parecer jurídico nº 1223/2023.

Evidencia-se que os pedidos de esclarecimentos e impugnações foram respondidos em tempo hábil, conforme documentação acostada.

Após publicação e observância ao prazo de ancoragem, aos 19 de setembro de 2023 foi iniciada a sessão pública do pregão eletrônico em epígrafe.

Participaram do certame as seguintes empresas: EFRAIM RECURSOS LTDA; GERAIS ROLAMENTOS E PEÇAS LTDA; ORGANIZAÇÕES MSL COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA; FLAVIA FIRMINI DE LIMA SOUZA; A2 COMERCIO E VAREJO LTDA.

Finalizada a sessão de lances e conferência dos documentos de habilitação, sagraram-se vencedoras as empresas:

- A2 COMERCIO E VAREJO LTDA – Itens 01 e 02;
- ORGANIZAÇÕES MSL COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – Itens 03, 04, 05, 06 e 07.

É o relatório, no necessário.

II. MÉRITO

O controle prévio da legalidade do procedimento licitatório encontra-se assegurado pelos ditames do art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Embora, a princípio, a análise jurídica se refira a fase preparatória, o § 4º do art. 53 estabelece a possibilidade da manifestação do órgão de assessoria jurídica em face de qualquer evento juridicamente relevante pertinente à licitação, ao julgamento, à formalização da contratação, à execução do contrato e à sua extinção.

Verifica-se que o assessoramento jurídico também compreende uma função de fiscalização. O art. 169, II da Lei nº 14.133/2021 qualifica a atuação das unidades de assessoramento jurídico como integrantes da segunda linha de defesa da regularidade da atuação administrativa.

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades



que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

Sob esse enfoque, incumbe ao assessoramento jurídico atuação de controle. Cabe-lhe identificar violações efetivas ou potenciais ao ordenamento jurídico e apontar adoção das providências cabíveis.

Na lição do mestre Marçal Justen Filho, "*a homologação envolve duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no plano da conveniência*", e, didaticamente, passa a explicar, *in verbis*:

"Preliminarmente, examinam-se os atos praticados para verificar sua conformidade com a lei e o edital. Tratando-se de um juízo de legalidade, a autoridade não dispõe de competência discricionária. Verificando ter ocorrido nulidade, deverá adotar as providências adequadas a eliminar o defeito. A autoridade superior não pode substituir-se à Comissão, praticando atos em nome próprio, substitutivos daqueles viciados. A decretação da nulidade deverá ser proporcional à natureza e à extensão do vício. Apurando vício na classificação das propostas, a autoridade superior não poderá decretar a nulidade de toda a licitação. Será reaberta a oportunidade para a Comissão efetivar nova classificação. Concluindo pela validade dos atos integrantes do procedimento licitatório, a autoridade superior efetivará juízo de conveniência acerca da licitação. A extensão do juízo de conveniência contido na homologação depende do conceito que se adote para adjudicação. (...) Se reconhecer a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, a autoridade superior deverá homologar o resultado. A homologação possui eficácia declaratória enquanto confirma a validade de todos os atos praticados no curso da licitação. Possui eficácia constitutiva enquanto proclama a conveniência da licitação e exaure a competência discricionária sobre esse tema."



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



Portanto, a homologação corresponde à manifestação de concordância da autoridade com os atos até então praticados no procedimento licitatório. Essa concordância se refere a dois aspectos: à legalidade dos atos praticados e à conveniência de ser mantida a licitação.

Ante o exposto, cumpre destacar que o presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei e o edital. Sendo constatada alguma irregularidade, será considerada a natureza e extensão do vício. Nessas situações, recomendar-se-á a homologação, mediante saneamento de algum ato ou a eventual anulação do certame.

Dessa forma, concluindo-se pela homologação do certame, este parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência da licitação.

Após análise detalhada do procedimento, verifica-se a observância às formalidades legais, não havendo nenhum vício insanável que possa macular o processo.

Desta forma, esta Procuradoria opina pelo prosseguimento do certame com a remessa dos autos à autoridade competente para homologação.

Ressalta-se a necessidade do encaminhamento dos autos ao Controle Interno para emissão de parecer, bem como, após homologação do certame, que seja realizada a convocação das empresas vencedoras para que apresentem certidões fiscais atualizadas, no ato da assinatura dos contratos.

III. CONCLUSÃO

Ressalvados os atos de gestão e de ordem técnica, verifica-se a presença dos requisitos necessários para que o certame seja homologado, tendo em vista o cumprimento das formalidades legais.

A decisão da autoridade competente quanto ao mérito da homologação do certame deverá ser publicada na forma da lei.

O presente parecer foi elaborado exclusivamente, com base nas informações contidas nos documentos elencados nos autos, cujo teor é de responsabilidade do respectivo informante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



É o parecer, s.m.j.

Sarzedo/MG, 27 de setembro de 2023.

Dr. Marco Túlio Batista Salomão
Procurador Geral do Município
OAB/MG 134.482



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- PARECER FINAL -

Análise nº 256/2023
Processo Licitatório nº: 200/2023
Modalidade: Pregão Eletrônico
Data: 19/09/2023



I. Relatório

Veio a conhecimento desta Controladoria, processo licitatório nº 200/2023, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 99/2023**, cujo objeto é **Aquisição de materiais de consumo, de natureza Comum, para substituição das lâmpadas externas e internas queimadas em atendimento ao Centro do Idosos**, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades deste, realizada Pregoeira e equipe de Apoio ao pregão e agente de contratação nomeada pela Portaria nº 678/2022.

II. Da Legislação:

O Controle exerce atividade de verificação sistemática de um registro, exercida de forma permanente ou periódica, consubstanciada em documento ou outro meio, que expresse uma ação, uma situação, um resultado, etc., com o objetivo de verificar se existe conformidade com o padrão estabelecido, ou com o resultado esperado, ou ainda, com o que determinam a legislação e as normas.

A positiva as exigências à Administração Pública no tocante ao controle e fiscalização municipal, bem como a integração dos sistemas nos três poderes, conforme se vê no Art. 31 c/c Art.74 da CF 1988:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

(...)

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

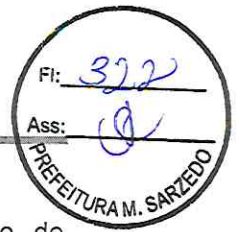
- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Nesse mesmo sentido no âmbito Municipal o Controle Interno está previsto na a Lei Municipal nº 30/2005 e no Decreto Municipal nº 634/2011 e demais normas que regulam as atribuições da Controladoria, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Assim, ressalta-se que a Controladoria, articula informações com o objetivo de monitorar e sugerir, a fim de resguardar a administração pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na administração dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito das Secretarias Municipais.

Portanto, orientando as melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, regido pelo disposto na lei nº 14.133/2021, além das demais disposições que disciplinam a matéria.

III. Da Preliminar:

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que a Controladoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida, dar orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com o respectivo processo licitatório, para que as orientações possam ser melhor direcionadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais



IV. Da Análise:

É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório encaminhados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

O processo está atuado na conformidade e revestido de todas as formalidades legais, munida de Autorização pela autoridade competente, bem como publicidade, Ata, parecer jurídico, pesquisas de preços para consistir em valor de referência.

V- Do Parecer

A presente Licitação preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como suas alterações posteriores, encontra-se revestida de todas as formalidades legais tanto na fase interna como na fase externa, e, opina-se pela homologação do Processo.

Sarzedo, 06 de outubro de 2023

Ana Carolina Silva Mendes
Membro da Controladoria do Município de Sarzedo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

ANÁLISE DE PROCESSO LICITATÓRIO



Análise: nº 065/2023

Processo Licitatório nº: 200/2023

Modalidade: Pregão Eletrônico nº: 99/2023

Objeto: Aquisição de materiais de consumo, de natureza COMUM, para substituição das lâmpadas externas e internas queimadas, em atendimento ao Centro de Idosos.

Lei: 14.133/2021

Data 19/09/2023

I. Relatório

Trata-se de processo Licitatório, Modalidade Pregão Eletrônico, autuado na Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG, tendo como interessado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a qual visa, a priori, a **Aquisição de materiais de consumo, de natureza COMUM, para substituição das lâmpadas externas e internas queimadas, em atendimento ao Centro de Idosos.**

Os Agentes de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio do Município de Sarzedo, nomeados pela Portaria nº 678/2022, encaminhou processo, modalidade Pregão Eletrônico, contendo, dentre outros, os seguintes documentos: solicitação de abertura do processo licitatório; Autorização pelo Chefe do Executivo Municipal; Termo de Referência; Dotação Orçamentaria; Justificativa para ausência do Estudo Técnico Preliminar; pesquisa de preços; mapa de apuração; valor estimado; edital e seus anexos. Estando o procedimento licitatório em conformidade, legalidade e regularidade, em continuidade consta ainda nos autos, parecer jurídico e publicação.

Assim, aportaram os presentes autos a este setor, a fim de que teça sua análise, ao que passo a esposar meu entendimento acerca da situação sob enfoque.

II. Considerações Preliminares

De antemão, salientamos que o exame aqui empreendido toma por base os elementos e documentos juntados ao presente feito até o momento da tramitação dos autos para análise, restringindo-se àqueles que são necessários ao deslinde da consulta e limitando-se aos aspectos exclusivamente jurídicos da demanda. Essa alçada jurídica não tem atribuição para proceder a auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo esta atribuição aos órgãos de controle internos e externos. Destarte, o presente pronunciamento não passa de recomendações, com vistas a salvaguardar a autoridade administrativa e não vinculá-la. Caso se opte por não as acatar, não haverá, necessariamente, ilegalidade no proceder, mas assunção de risco. Nesta hipótese, a autoridade deverá motivar sua decisão, conforme disposição do art. 50, VII, da Lei 9.784/99.

III. Da Fundamentação Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



Reiteramos que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não. Destaco ainda que este parecer jurídico se dá, portanto, tão somente às questões de legalidade dos atos administrativos, como forma de contratação, por exclusiva exigência legal.

De acordo com o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, ressalvados os casos consignados em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mediante critérios estabelecidos em instrumento convocatório próprio.

Nesse sentido:

Considerando a presente licitação na modalidade de Pregão Eletrônico que tem, por objeto a **Aquisição de materiais de consumo, de natureza COMUM, para substituição das lâmpadas externas e internas queimadas, em atendimento ao Centro de Idosos.**

Considerando que o Edital do Pregão Eletrônico vem detalhando o Objeto, o Prazo de entrega, a fase de Proposta, Habilitação, julgamento e análise dos documentos, Obrigações da Contratada e Disposições Gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei 14.133/2021 Art. 6º, também houve a publicação em local público, para garantir a publicidade dos atos, estando o seu instrumento convocatório devidamente divulgado dentro do prazo legal;

Considerando que os princípios esculpidos e exigidos pela lei 14.133/2021, foram respeitadas pela Administração Pública Municipal;

Conforme podemos verificar, pela análise dos documentos que compõe os autos até a presente data, os **Agentes de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio**, desta Prefeitura, obedeceu rigorosamente aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estando todos os documentos e CND's exigíveis no edital e seus anexos em conformidade e validade.

IV – Da Conclusão

Mais uma vez, cumpre reiterar que este parecer resta apenas a verificação, análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativa. Além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, à decisão do gestor. Apesar da aparente conformidade com a legislação e com os entendimentos dos Tribunais Judiciais e os Tribunais de Contas, cabe unicamente ao Gestor Público decidir quanto à contratação, restando apenas a essa assessoria fazer a verificação da possibilidade jurídica do processo trazido para análise. Ademais, o parecer é com base na análise da documentação enviada, para a qual darei presunção de fidedignidade em



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais



razão de estar firmada por servidor público, sendo essas de inteira responsabilidade do servidor subscritor. Cabe aos Agente de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio, certificar a lisura do processo certificando-se das certidões de regularidades. Cabe também a ela a correta aplicação dos textos legais apresentados neste parecer e esclarecidos em nossa fundamentação a fim de identificar o atendimento à norma. Com fito de alerta, mesmo que nestes autos já sejam perceptíveis e em grande parte cumpridos, segue com recomendações.

Recomenda-se que seja dada atenção especial às certidões de regularidades e toda a documentação necessária exigidas pela lei de licitações;

Recomenda-se que não seja feito pagamento antecipado, mas nos moldes do contrato;

Recomenda-se que os presentes autos sejam encaminhados, para parecer final do trâmite processual;

Sarzedo, 05 de outubro de 2023

Magna Teresinha de Sousa
Advogada OAB/MG 219.113



MUNICÍPIO DE SARZEDO/MG



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2023

PROCESSO LICITATÓRIO 210

TERMO DE ADJUDICAÇÃO



O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE SARZEDO/MG comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 99/2023 referente à *Aquisição de materiais de consumo, de natureza COMUM, para substituição das lâmpadas externas e internas queimadas, em atendimento ao Centro de Idosos, com exclusividade de disputa e de contratação para microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (MEI, ME ou EPP, conforme artigo 48, I, LC 123).*, que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : A2 COMERCIO E VAREJO LTDA - 47.713.182/0001-01

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R\$
1	20,00	UNIDADE	COMBINADO	200w	R\$ 184,00	R\$ 3.680,00	R\$ 282,25	R\$ 5.645,00	34,8095 %	R\$ 98,25

Descrição: REFLETOR LED 200W 6500K LED TRIANGULO Refletor Led 200w 6500k, Potencia Maxima; AC 100 - 250v, Fator de Potencia; maior ou igual a 0,92, Distorcao Harmonica Total; 18.000 LM ANGULO DE ABERTURA 120Â°.

2	4,00	UNIDADE	COMBINADO	100w	R\$ 133,00	R\$ 532,00	R\$ 134,84	R\$ 539,36	1,3645 %	R\$ 1,84
---	------	---------	-----------	------	------------	------------	------------	------------	----------	----------

Descrição: REFLETOR LED 100W 6500K Refletor Led 100w. 6500K, Potencia Maxima; AC 100 - 250v, Fator de Potencia; maior ou igual a 0,92, Distorcao Harmonica Total; 9.000 LM ANGULO DE ABERTURA 120Â°

Subtotal Adjudicado:	R\$ 4.212,00	Subtotal Orçado:	R\$ 6.184,36	31,8927 %	R\$ 1.972,36
----------------------	--------------	------------------	--------------	-----------	--------------

Fornecedor : ORGANIZACOES MSL COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - 07.062.925/0001-06

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R\$
3	50,00	UNIDADE	MAXXY	15W	R\$ 5,97	R\$ 298,50	R\$ 15,22	R\$ 761,00	60,7752 %	R\$ 9,25

Descrição: LAMPADA DE LED 15 W 6500 K BULBOLÃmpada de Led 15w 6500k Bulbo, AC 100 - 250v

4	4,00	UNIDADE	MAXXY	100W	R\$ 90,87	R\$ 363,48	R\$ 209,90	R\$ 839,60	56,7079 %	R\$ 119,03
---	------	---------	-------	------	-----------	------------	------------	------------	-----------	------------

Descrição: LAMPADA LED BULBO 100W 6500KLÃmpada led bulbo 100w 6500k, AC 100 - 250v

5	4,00	UNIDADE	LORENZETI	MAXI DUCHA	R\$ 66,73	R\$ 266,92	R\$ 74,80	R\$ 299,20	10,7887 %	R\$ 8,07
---	------	---------	-----------	------------	-----------	------------	-----------	------------	-----------	----------

Descrição: MAXI DUCHA (CHUVEIRO) 220V 5500W MAXI DUCHA (CHUVEIRO) 220V 5500W

6	1,00	UNIDADE	MAXXY	80W	R\$ 76,44	R\$ 76,44	R\$ 185,98	R\$ 185,98	58,8988 %	R\$ 109,54
---	------	---------	-------	-----	-----------	-----------	------------	------------	-----------	------------

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R\$
Descrição: LAMPADA LED BULBO 80 W 6500KL										
7	15,00	UNIDADE	MAPRETON	220V.	R\$ 15,72	R\$ 235,80	R\$ 32,96	R\$ 494,40	52,3058 %	R\$ 17,24

Descrição: RELE FOTOCELULAR Rele fotocelula, 220V, 60Hz



Subtotal Adjudicado:	Subtotal Orçado:	51,8971 %	R\$ 1.241,14	R\$ 2.580,18	R\$ 1.339,04
-----------------------------	-------------------------	-----------	--------------	--------------	--------------

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R\$
R\$ 5.453,14	R\$ 8.764,54	37,7817 %	3.311,40

Sarzedo - Minas Gerais, 11 de Outubro de 2023

(Signature)
 MARCELO PINHEIRO DO AMARAL
 PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE SARZEDO/MG



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2023

PROCESSO LICITATÓRIO 210

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO



Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Aquisição de materiais de consumo, de natureza COMUM, para substituição das lâmpadas externas e internas queimadas, em atendimento ao Centro de Idosos, com exclusividade de disputa e de contratação para microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (MEI, ME ou EPP, conforme artigo 48, I, LC 123).*

Fornecedor : A2 COMERCIO E VAREJO LTDA - 47.713.182/0001-01

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
1	20,00	UNIDADE	COMBINADO	200w	R\$ 184,00	R\$ 3.680,00	R\$ 282,25	R\$ 5.645,00	34,81	R\$ 98,25

Descrição: REFLETOR LED 200W 6500K LED TRIANGULO Refletor Led 200w 6500k, Potencia Maxima; AC 100 - 250v, Fator de Potencia; maior ou igual a 0,92, Distorcao Harmonica Total; 18.000 LM ANGULO DE ABERTURA 120Â°.

2	4,00	UNIDADE	COMBINADO	100w	R\$ 133,00	R\$ 532,00	R\$ 134,84	R\$ 539,36	1,36	R\$ 1,84
---	------	---------	-----------	------	------------	------------	------------	------------	------	----------

Descrição: REFLETOR LED 100W 6500K Refletor Led 100w. 6500K, Potencia Maxima; AC 100 - 250v, Fator de Potencia; maior ou igual a 0,92, Distorcao Harmonica Total; 9.000 LM ANGULO DE ABERTURA 120Â°

Subtotal Adjudicado R\$ 4.212,00 Subtotal Orçado: R\$ 31,8927 R\$ 1.972,36
6.184,36 %

Fornecedor : ORGANIZACOES MSL COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - 07.062.925/0001-06

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
3	50,00	UNIDADE	MAXXY	15W	R\$ 5,97	R\$ 298,50	R\$ 15,22	R\$ 761,00	60,78	R\$ 9,25

Descrição: LAMPADA DE LED 15 W 6500 K BULBOLÂmpada de Led 15w 6500k Bulbo, AC 100 - 250v

4	4,00	UNIDADE	MAXXY	100W	R\$ 90,87	R\$ 363,48	R\$ 209,90	R\$ 839,60	56,71	R\$ 119,03
---	------	---------	-------	------	-----------	------------	------------	------------	-------	------------

Descrição: LAMPADA LED BULBO 100W 6500KLÂmpada led bulbo 100w 6500k, AC 100 - 250v

5	4,00	UNIDADE	LORENZETI	MAXI DUCHA	R\$ 66,73	R\$ 266,92	R\$ 74,80	R\$ 299,20	10,79	R\$ 8,07
---	------	---------	-----------	---------------	-----------	------------	-----------	------------	-------	----------

Descrição: MAXI DUCHA (CHUVEIRO) 220V 5500W MAXI DUCHA (CHUVEIRO) 220V 5500W

6	1,00	UNIDADE	MAXXY	80W	R\$ 76,44	R\$ 76,44	R\$ 185,98	R\$ 185,98	58,90	R\$ 109,54
---	------	---------	-------	-----	-----------	-----------	------------	------------	-------	------------

Descrição: LAMPADA LED BULBO 80 W 6500KLÂmpada Led Bulbo 80w 6500K, AC 100 - 250v

7	15,00	UNIDADE	MAPRETON	220V.	R\$ 15,72	R\$ 235,80	R\$ 32,96	R\$ 494,40	52,31	R\$ 17,24
---	-------	---------	----------	-------	-----------	------------	-----------	------------	-------	-----------


Subtotal Adjudicado R\$ 1.241,14 Subtotal Orçado: R\$ 51,8971 R\$ 1.339,04
2.580,18 %

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
Descrição: RELE FOTOCELULARRele fotocelula, 220V, 60Hz										
						Subtotal Adjudicado R\$ 1.241,14	Subtotal Orçado: R\$ 2.580,18		51,8971 %	R\$ 1.339,04
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
					Total Adjudicado	Total Orçado			Economia %	Economia R\$
					R\$ 5.453,14	R\$ 8.764,54			37,7817 %	3.311,40



HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Sarzedo-MG , 11 de Outubro de 2023


MARCELO PINHEIRO DO AMARAL
PREFEITO MUNICIPAL